

# Dois Passos à frente

## NOTÍCIAS ACTUALIZADAS SOBRE MEDIDAS DA ONU

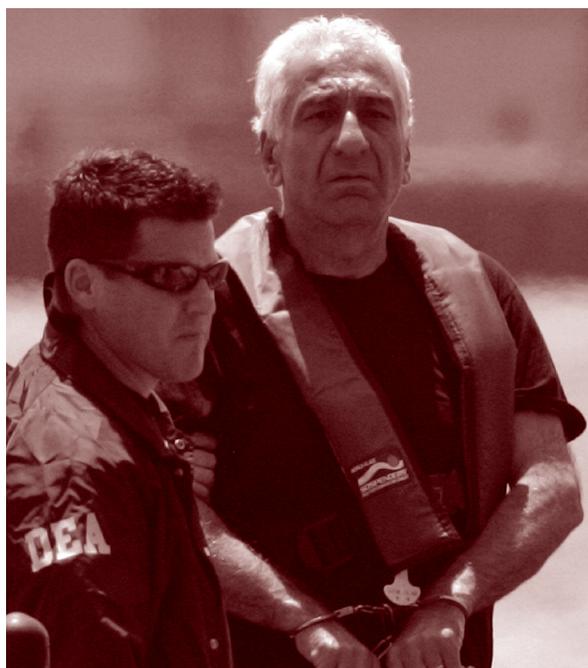
Votar ou não votar? Os deputados enfrentaram esta questão no último dia do Terceiro Congresso Bienal dos Estados (BMS3)<sup>1</sup>, quando ponderavam como se poderia avançar com a implementação do *Programa de Ação da ONU (UN Programme of Action)* sobre armas leves. Governos, organizações internacionais e organizações não governamentais que trabalham com o tema de armas leves esperavam que o congresso, sendo o terceiro numa série dedicada à ‘consideração’ de implementar programas, marcasse uma quebra da paralisia que afligira os congressos anteriores, tais como a Conferência 2006 do *Programa*. Finalmente, no dia 18 de Julho de 2008, os membros da ONU votaram, na sua maioria, pela adoção do relatório do BMS3, incluindo um documento com a intenção de estimular a implementação do *Programa* nos ramos de cooperação e assistência internacional, brokering e administração do armazenamento.

**O resultado do BMS3 oferece a promessa, mas não a certeza, do revigoração do processo de armas portáteis da ONU.**

Uma semana antes, um Grupo de Peritos de Governo (GGE) adoptou unanimemente um relatório útil que coloca o assunto da munição no contexto do controle global de armas. Em Agosto de 2008, a sede da ONU em Nova Iorque foi o palco da reunião final do GGE sobre um Tratado de Comércio de Armas (ATT). No entanto, os resultados deste fórum foram pouco sensacionais. O grupo não chegou a nenhuma conclusão sólida – nem mesmo a uma tentativa – em relação ao âmbito, à viabilidade e aos parâmetros do ATT. Mesmo assim, os membros do grupo concordaram que era preciso continuar as discussões – o que já é um certo sucesso considerando a natureza complicada do assunto, sendo possíveis restrições nas práticas nacionais de transferências de armas.

Este capítulo examina estes progressos, incluindo a continuação na reunião da Primeira Comissão da Assembleia Geral da ONU (Desarmamento e Segurança Internacional) no fim de 2008. Examina também algumas das implicações para o trabalho futuro sobre armas portáteis (e armas convencionais) a nível global. Estas são umas das principais conclusões:

- O resultado do BMS3 oferece a promessa, mas não a certeza, de revigorar o processo de armas portáteis da ONU, sendo este um processo focalizado em “desafios de implementação e possibilidades” em domínios seleccionados do *Programa de Ação*.
- Há algumas indicações de que o regulamento de armas leves da ONU se move gradualmente no sentido do desenvolvimento de um sistema mais rigoroso em relação à inspeção das implementações do *Programa*; tudo isso, porém, parece ser uma possibilidade e não realidade.
- A decisão do GGE de Munição para tratar do assunto da munição excedente dentro do sistema mais amplo de administração do armazenamento assegura a relevância prática do relatório desse Grupo.
- O *Relatório de Munição* já estimulou a ONU a formular diretrizes técnicas para o tratamento de munição e poderia ser utilizado também para melhorar o tratamento de armas.
- O Grupo ATT chegou a poucas conclusões sólidas, mas preparou o terreno para outras considerações mais abrangentes relacionadas ao assunto das transferências de armas entre países membros da ONU.



Ao chegar a Nova Iorque para o processo judicial, o suspeito traficante de armas Monzer al-Kassar é escoltado por um comissário da Agência de Combate às Drogas (DEA), Junho de 2008. © Frank Franklin II/AP Photo

**Tabela 4.1 Voto nas resoluções do ATT**

Resolução	Fórum de voto	Sim	Abstencionistas	Não	Não votaram
Primeira Resolução do ATT	Primeira Comissão 2006	139	24	1	28
	Assembleia Geral 2006*	153	24	1	14
Segunda Resolução do ATT	Primeira Comissão 2008	145	18	2	27
	Assembleia Geral 2008	133	19	1	39

\* Houve poucas diferenças entre os países que votaram a favor da Resolução do ATT na Primeira Comissão e os países que votaram a favor da resolução na Assembleia Geral (assembleia plenária). O mais importante é que Cuba e o Djibuti se abstiveram do voto na Primeira Comissão, mas votaram a favor da resolução na Assembleia Geral.

- As perspectivas para o ATT não são claras. Neste momento, todas opções são possíveis, inclusive aquelas relacionadas aos objectivos fundamentais e à estrutura de um possível ATT.

Juntos com documentos prévios sobre o rastreio e intermediários de armas, os documentos produzidos pelo BMS3 e pelo GGE Munição servem para estabelecer um conjunto de referências para a sua implementação. Essencialmente, dão uma orientação detalhada para a realização de compromissos do *Programa de Ação* que são muitas vezes imprecisos. Ainda é pouco claro se os países irão tirar vantagens desses novos instrumentos. Enquanto muitos países pareciam dedicar-se aos detalhes de marcar e vigiar armas durante a primeira reunião relacionada à implementação do Instrumento de Rastreio Internacional (ITI)<sup>2</sup>, os relatórios nacionais (ou a falta deles) sugeriu o contrário. Em especial, parece que a função primária do ITI, ou seja, a facilitação de vigilância de armas em situações de crime e conflito, ainda não foi realizada. Similarmente, há questões quanto à implementação do *Programa de Ação*. Os relatórios nacionais parecem ter grande apoio dos membros da ONU; seja como for, ainda não é possível uma avaliação geral do progresso na implementação do *Programa de Ação*.

O desenvolvimento de referências específicas para a implementação irá auxiliar neste trabalho, se for integrado às práticas dos relatórios nacionais. Assim, a emergência de um sistema de vigilância mais rigoroso irá também ajudar. Parece que os relatórios nacionais para o *Programa de Ação*, assim como o ITI, vão passar a ser bienais. Isto vai facilitar o impopular “fardo de relatar” e ao mesmo tempo vai incentivar os países a fornecerem informações mais detalhadas e abrangentes. O maior uso de relatórios-modelo vai ajudar a melhorar a comparabilidade entre relatórios (entre países e, ao longo do tempo), enquanto que a análise dessas informações, iniciada apenas em 2008, dará um grande incentivo aos esforços de implementação.

### **A Implementação ainda tem prioridade.**

Em breve, os novos progressos da ONU oferecerão muitas possibilidades para o trabalho internacional sobre armas leves nos próximos meses e anos. Mas, por enquanto, estas são apenas possibilidades e ainda não realidades. A apresentação de novos documentos, apesar de estes serem importantes, significa apenas um progresso na teoria. Oito anos depois da adoção do *Programa de Ação da ONU*, a implementação ainda tem prioridade. ■

### **Notas finais**

- 1 Título completo: Terceiro Congresso Bienal de Estados a considerar a implementação do Programa de Ação para prevenir, combater e erradicar o comércio ilícito de armas leves e portáteis em todos os seus aspectos.
- 2 Título completo: *Instrumento Internacional para autorizar os Estados a identificar, vigiar e rastrear armas leves e portáteis ilícitas de maneira adequada e confiável.*